

# Economia e política

A brutal aceleração dos preços verificada este fim de semana, no rastro da boataria acerca de iminente tabelamento demonstra o grau de instabilidade psicossocial a que chegamos e o nível de insegurança atual da economia. Os boatos foram, afinal, desmentidos, mas os preços não retrocederam ao patamar anterior, significando, de um lado, a perda da perspectiva, pela sociedade, da noção do valor, algo fundamental no processo econômico, e do outro a falta de credibilidade dos desmentidos. Estamos diante de uma situação de extrema fluidez.

A questão, insistimos, é política, dela derivando o impasse econômico. Ocorre que o efeito se tornou maior que sua causa e o próximo passo — atente para isto os governantes — é uma grave convulsão suscetível de desencadear desastrosas perturbações políticas. Chegou-se ao limite da capacidade nacional de resistência à crise.

A questão política está — não se desprezando outras vertentes — na falta de autonomia da equipe econômica do governo, genuflecta diante de exigências político-partidárias rigorosamente incompatíveis com a lógica do processo econômico. Está se exagerando na dosagem. É preciso que o presidente da República, tomando consciência das gravíssimas responsabilidades impostas pelas circunstâncias, administre as relações políticas no âmbito do seu partido de modo a impedir o conflito permanente que tem levado à disfunção as instituições da administração econômica. A gestão com fins político-eleitorais de uma crise da gravidade desta com que nos deparamos é impossível, como o demonstra o bom senso antes mesmo de demonstrá-lo a ciência da economia. Não é possível, por exemplo, harmonizar juros baixos e inflação alta, como quer o PMDB, nem desenvolvimento com moratória externa, porque aquele exige, e esta restringe, uma fluente atividade de comércio exterior nos dois sentidos. Exportação e importação são dois procedimentos inseparáveis no processo do desenvolvimento. Também não podem conviver salários crescentes e controle de demanda, sabendo-se que esta, na atual quadra, é imprescindível à estabilidade dos preços. Enfim, as propostas do PMDB encerram objetivo que todos almejamos porque materializam o paraíso. Ocorre que o paraíso não está disponível, pelo menos na perspectiva da nossa geração. O que poderemos obter, e já não seria pouco, será o purgatório, patamar intermediário perfeitamente alcançável após pequeno esforço de renúncia a aspirações políticas pessoais que, justas e compreensíveis, não podem se realizar com o sacrifício do interesse nacional.

É preciso que a equipe econômica trabalhe em paz, uma vez estabelecido o pressuposto — já estabelecido em relação à atual — da sua competência. É imperioso ter-se em mente, além disso, o fato de que as políticas econômicas mais consistentes, por não incidirem apenas sobre a conjuntura, são relativamente insensíveis ao curtíssimo prazo, inconveniente com o qual teremos de conviver dada a impossibilidade do milagre.

Mas não só isto. Também a equipe econômica, e o governo como um todo, estão obrigados a oferecer contrapartida ao recuo que se exige dos agentes do processo político. Ela consistiria em um conjunto de

ações que podem ser simplificadas assim: primeiro, que falem e admitam a verdade. Em pelo menos uma ocasião, neste fim de semana, o ministro da Fazenda foi inconsistente ao atribuir a brutal alta de preços ao descongelamento da OTN. Ora, reajustes de 300 por cento não podem ser explicados por correção do indexador inferior a 100 por cento, como é o caso.

Segundo, que a equipe econômica não coopere com a intranquilização do meio empresarial como o fez ao desencadear um processo acelerado de reequilíbrio dos preços intersetoriais, sabendo-se ser seu pensamento promover novo choque "tão logo" essa estrutura de preços esteja recomposta, o que constitui, aliás, má idéia. Concorde-se em que o tabelamento só é viável numa situação de preços relativos equilibrados, mas não com a expectativa de que se venha a tê-los em futuro previsível. Numa economia com inflação situada em patamar tão elevado — acima de 10 por cento ao mês — o equilíbrio dos preços intersetoriais é utópico, porque o fluxo dos custos no processo é temporalmente desuniforme, isto é, não ocorre um momento em que a totalidade dos preços tenha apropriado eventual incremento de custos. Além disso, considere-se o desequilíbrio da relação de poder no complexo intersetorial. Uns apropriam mais, outros menos. Não estamos, portanto, sequer próximos de uma situação em que o choque possa ser recomendável, mas a expectativa foi disseminada.

Também se solicita da equipe econômica que ofereça os balizamentos de que o sistema produtivo necessita para planejar e operar com lucratividade e segurança. Fazem falta, neste momento, os parâmetros macroeconômicos indispensáveis a emoldurar o sistema no qual trabalhamos. Não é possível a persistência da política de bombeiro, cujos efeitos duram por uma semana sem que se saiba o que sobrevirá na semana seguinte. Nestas condições todo o ativo financeiro flui do sistema produtivo para o mercado de dinheiro, inviabilizando a produção e agravando os problemas.

Do governo como um todo, espera-se que tenha uma política de comunicação apropriada. As medidas que a economia está a exigir, e haverão de ser tomadas independentemente do gosto estético do PMDB, não são impopulares por defeito genético mas por deficiência de comunicação. O povo brasileiro é suficientemente esclarecido para entender e racional para aceitar os sacrifícios que sejam apoiados no exemplo e no completo e didático esclarecimento. Se o presidente e seus ministros tiverem a humildade de recorrer à opinião pública em busca de apoio a medidas de significado e alcance compreensíveis, sem dúvida níveis satisfatórios de popularidade serão preservados. O que não é aceitável é a explicação canhestra, tergiversa, que soa inconsistente a ouvidos até medianamente informados.

Exige-se, por fim, dos agentes econômicos privados que sejam responsáveis. Aumentos descontrolados dos preços nominais não têm qualquer significado econômico real, apenas fluidificam os ativos e, mais do que a estes, fluidificam o próprio caráter nacional já duramente arruinado, nos seus valores fundamentais, pela desordem generalizada em que passamos a viver desde que a política, a má política, derrotou a economia.

10 MAI 1987

JORNAL DE BRASÍLIA